

de Agosto, o técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, licenciado Luís Alves Pardal, para, em regime de substituição e com efeitos a 01 de Janeiro de 2009, exercer o cargo de Chefe de Divisão de Serviços de Aprovisionamento Centralizado da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

29 de Janeiro de 2009. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular — Luís Alves Pardal

Data de nascimento — 27 de Dezembro de 1955.

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa, em 1990;

Pós-graduação em Direito da Medicina pela Universidade de Coimbra, em 2001.

Percurso Profissional:

Carreira de Técnico Superior — desde 01/06/2000;

Carreira Administrativa — de 04/05/1990 a 01/06/2000.

Síntese das actividades:

Secretaria-Geral do Ministério da Justiça:

Desde 15/11/2005 até à data, elaboração de pareceres e colaboração na execução dos procedimentos de compras agregadas desenvolvidos pela Unidade de Compras.

No Hospital de S. Francisco Xavier:

De 01/04/2003 a 14/11/2005 coordenação do Serviço de Aprovisionamento e Armazéns Gerais;

De 1/10/2002 a 31/03/2003 coordenação do Gabinete Jurídico e de Contencioso;

De 01/06/2000 a 01/10/2002 elaboração de pareceres e processos nas áreas dos serviços jurídicos e de contencioso;

De 04/05/1990 a 01/6/2000, actividade administrativa nas áreas de aprovisionamento, gestão de stocks e património.

Formação profissional: várias cursos designadamente nas áreas de compras públicas electrónicas, regras e técnicas de contratação pública, negociação, organização administrativa das compras, despesas na contratação pública, organização do trabalho e gestão do tempo, gestão conflitos, reflexão estratégica e gestão de equipas entre outras.

Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça

Direcção de Serviços de Administração, Gestão e Informática

Declaração de rectificação n.º 364/2009

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, o Aviso (extracto) n.º 1106/2009, rectifica-se que onde se lê «Miguel José de Sá Pães», deve ler-se «Miguel José de Sá Paes».

26 de Janeiro de 2009. — A Directora de Serviços, *Maria João Castro*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 4438/2009

Por despacho de 20.01.2009, do Senhor Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.:

Licenciada Ana Cristina Ferreira Fernandes Cardoso dos Reis, técnica superior, em regime de contrato de trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., foi designada, em regime de substituição, Coordenadora do Sector de Avaliação do Departamento de Recursos Humanos deste Instituto, cargo de direcção intermédia de 2.ª grau, com efeitos a contar da data do referido despacho, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

28 de Janeiro de 2009. — O Director de Departamento, *Luís Miguel Santos*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I. P.

Despacho n.º 4439/2009

Considerando que, através da Portaria n.º 394/2008, de 05 de Junho, foi definida a organização interna e a estrutura nuclear dos serviços da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P., abreviadamente designada ARH do Tejo, I.P., nomeadamente foi criado o Departamento Financeiro, Administrativo e Jurídico e fixadas as respectivas competências;

Atendendo que através do despacho do Presidente da ARH do Tejo, I.P., de 12 de Dezembro, foi criada no âmbito daquele departamento, a Divisão de Administração e Recursos Humanos e importando assegurar a sua coordenação, por forma a garantir não só a sua rápida consolidação, como também o seu regular funcionamento, visando a boa prossecução das competências que lhe estão cometidas;

Considerando que, a licenciada Sónia Carnoto Pacheco, possui os requisitos legais exigidos, bem como o perfil profissional devido para o lugar a prover;

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos, da ARH do Tejo, I.P., a técnica superior Sónia Carnoto Pacheco, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, nos termos dos artigos 20.º e 27.º, ambos, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção que lhe veio a ser dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro

O presente despacho produz efeitos à data de 9 de Janeiro de 2009.

30 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Manuel Lacerda*.

ANEXO

Nota relativa ao curriculum académico e profissional da licenciada, Sónia Carnoto Pacheco

Curriculo académico:

Licenciatura em Gestão e Administração Pública, especialização em Gestão de Recursos Humanos e em Planeamento e Controlo de Gestão, e formação de pós-graduação em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Curriculo profissional:

Técnica superior do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

De 14 de Dezembro de 2007 até à presente data, exerceu funções, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT.

De 01 de Maio a 13 de Dezembro de 2007, exerceu funções, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Administração e Recursos Humanos, da CCDRLVT, para as quais foi nomeada por despacho do Presidente da CCDRLVT, de 11 de Maio de 2007, com efeitos reportados a 01 do mesmo mês e ano;

Em 01 de Abril de 2005, por despacho do Presidente da CCDRLVT, foi nomeada em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administração da CCDRLVT, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, tendo exercido as correspondentes funções até 30 de Abril de 2007.

Em 15 de Julho de 2003, por despacho do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, foi nomeada, em regime de comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Administração do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) Ministério dos Negócios Estrangeiros, funções que exerceu até Março de 2005;

Em 31 de Outubro de 2002, por despacho do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Administração da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo exercido as correspondentes funções até 15 de Julho de 2003;

De Abril de 2001 a Outubro de 2002 iniciou funções em regime de requisição, enquanto técnica superior de 1.ª classe na Divisão de

Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Administração, da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente;

De Maio de 2000 a Abril de 2001 exerceu funções como técnica superior de 1.ª classe no Departamento de Ordenamento de Carreiras e Política Salarial, da Direcção-Geral da Administração Pública, Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública;

De Outubro de 1998 a Maio de 2000 exerceu funções técnicas na Divisão de Formação do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo;

De Agosto de 1995 a Outubro de 1998 exerceu funções como técnica superior de 2.ª classe nas áreas financeira e de recursos humanos do Serviço Sub-Regional de Loures do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Édito n.º 14/2009

Processo 171/15.8/1527

Faz-se público que, nos termos e para efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de Junho, e outros, estará patente na Direcção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, sita em Estrada da Portela — Zambujal, Alfragide, 2721-858 Amadora, 2.º andar, tel. 21/4729500 e na Secretaria da Câmara Municipal de Palmela, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no “*Diário da República*”, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. - Direcção de Rede e Clientes Lisboa a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da seguinte instalação eléctrica:

Linha Aérea a 15 kV, ST15-30-02 Variante Moita — Lagoinha (Rectificativo), com 555 m, com origem no apoio P29 da ST15-30 Moita — Pinhal Novo e término no apoio P8 da ST15-42-03-01-03 Terrim Sul, freguesia de Pinhal Novo, concelho de Palmela.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

23 de Dezembro de 2008. — O Director de Serviços da Energia, *F. Edgar Antão*.

301186791

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Secretaria-Geral

Declaração de rectificação n.º 365/2009

Por ter saído com inexactidão, faz-se público que, no Aviso n.º 30 744-A/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, 1.º suplemento, de 30 de Dezembro de 2008, onde se lê «concurso interno de acesso geral» deve ler-se «concurso interno de ingresso, para admissão a estágio».

28 de Janeiro de 2009. — A Secretária-Geral, *Lúisa Danguês Tomás*.

Inspecção-Geral da Agricultura e Pescas

Despacho (extracto) n.º 4440/2009

Por meu despacho de 27 de Janeiro de 2009, nos termos do n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, designo a assistente técnica Julieta da Conceição Cunha Pereira de Valleré Olmo para exercer

as funções de secretariado de apoio à Direcção, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2009.

29 de Janeiro de 2009. — O Inspector-Geral, *João Correia de Oliveira*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4441/2009

Considerando que razões de interesse público aconselham a manutenção da oferta aos utentes dos títulos de transporte com as siglas L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12, 23 e 123, vulgarmente designados «passes sociais», pela sua importância em termos de mobilidade da população e gestão da política de transportes na área metropolitana de Lisboa;

Considerando que, desde 1 de Janeiro de 2009, está em vigor o novo acordo contemplando a aceitação pelos operadores privados dos resultados finais do inquérito à utilização do passe de 2007;

Ao abrigo do disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2009, de 30 de Dezembro de 2008, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2009, determina-se o seguinte:

1 — A subdelegação na Secretária de Estado dos Transportes da competência para aprovar a minuta da segunda adenda ao acordo de 22 de Novembro de 2006, a celebrar entre o Estado e os operadores privados de transporte público de passageiros da área metropolitana de Lisboa, Rodoviária de Lisboa, S. A., Transportes Sul do Tejo, S. A., Vimca Transportes, L.ª, e Scotturb Transportes Urbanos, L.ª, tendente à manutenção dos títulos de transporte L1, L12, L123, L123SX, L123MA, 12, 23 e 123, bem como para designar o representante do Estado na outorga do mesmo.

2 — O presente despacho reporta os seus efeitos a 23 de Dezembro de 2008, ficando por este meio ratificados os actos entretanto praticados no respectivo âmbito.

29 de Janeiro de 2009. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 4442/2009

Pelo despacho n.º 1471-D/2007, de 28 de Dezembro de 2006, do Secretário de Estado das Obras Públicas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro de 2007, foi declarada a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da EN 2 — Vila de Rei/Abrantes — estabilização do talude de escavação entre os quilómetros 372 + 700 e 372 + 980.

No entanto, verificou-se agora a necessidade de rectificar os elementos identificativos das parcelas de terreno, constantes da declaração de utilidade pública citada.

Considerando, a requerimento da EP — Estradas de Portugal, S. A., que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro, sucedeu à EP — Estradas de Portugal, E. P. E., assumindo automaticamente a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integravam a esfera jurídica do antecessor, no momento da transformação, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações n.º 26 680/2007 (2.ª série), de 10 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 224, de 21 de Novembro de 2007, a rectificação da declaração de utilidade pública referida de acordo com as correcções agora introduzidas, conforme mapa de expropriações e planta parcelar, cuja publicação se promove em anexo, mantendo-se todos os actos até ao momento praticados.

29 de Janeiro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.